

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE GRAVATAÍ – IPAG – RS

CONCURSO PÚBLICO

VESPERTINO – 11/03/2012

NÍVEL SUPERIOR

PROVA OBJETIVA – CONTADOR

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. Sua prova tem **40** questões, com **5** alternativas.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **3 (três) horas**, incluído o tempo para a realização da prova objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas somente **1 hora** após o seu início.
10. O candidato poderá retirar-se da sala levando consigo o caderno da prova objetiva somente **1 hora e 30 (trinta) minutos** após o seu início.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
12. Os **3 (três)** últimos candidatos que realizarem a prova deverão permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

PROVA OBJETIVA – CONTADOR

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto 01 que servirá de base para as questões 01 a 04.

PORQUE CORTAR VAGAS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO É CRIME DE LESA-PÁTRIA.

Se a lógica de fechar cursos insatisfatórios vale para o sistema de ensino superior, por que não haveria de valer para a educação básica?

Gustavo loschpe



No apagar das luzes da gestão Haddad, o Ministério da Educação decidiu cortar 50 000 vagas de cursos universitários de “baixa qualidade”, que não tinham atingido a nota mínima no mecanismo de avaliação do ministério. Mais de 30 000 das vagas cortadas são da área de saúde. A lógica dos cortes é elevar a qualidade do sistema universitário, fazendo com que as melhores instituições possam crescer adicionando as vagas subtraídas das más instituições e a população seja protegida de profissionais despreparados.

A maioria das pessoas parece concordar com a medida, e até jornais liberais a apoiaram em editorial. Se você concorda com ela, gostaria de ir um passo adiante e recomendar que também sejam cortadas todas as vagas de escolas de educação básica de má qualidade. Se a lógica vale para o sistema de ensino superior, por que não haveria de valer para a educação básica, que é certamente ainda mais importante para o país e açambarca um número consideravelmente mais alto de alunos (51 milhões, contra 6 milhões do ensino superior)? O corte de matrículas na educação básica faz muito mais sentido do que no ensino superior. Primeiro, porque, enquanto os alunos da educação superior são jovens e adultos que têm a capacidade cognitiva para passar por todo um sistema educacional e também por um vestibular ou Enem e, portanto, possuem todas as condições de saber qual é a qualidade da faculdade em que estão ingressando, os alunos que entram em uma escola na 1ª série têm reduzidas (para não dizer nenhuma) condições de saber a qualidade daquela escola. (...) Em segundo lugar, frequentar o ensino superior é uma escolha, enquanto a educação básica é compulsória; é mais lógico proteger alguém de um mal obrigatório do que de outro, opcional. Finalmente, faz um grande sentido financeiro adiantar a extinção das vagas. Se quem será mau profissional deve ficar na ignorância, faz mais sentido começar o corte lá pelo 3º ou 4º ano da escola. Como é óbvio que um aluno analfabeto jamais poderá ser um profissional competente, para que gastar anos de sua vida e muitos reais com merenda, transporte, livros, professores e escolas se ele já está condenado? A maioria dessas pessoas vai sair da escola mesmo ao longo dos anos — temos 3,2 milhões de alunos na 1ª série do ensino fundamental, mas só 2,2 milhões no último ano do ensino médio —, então por que não tornar o processo mais objetivo e chancelado pelo governo, em vez de causar prejuízos aos cofres públicos e perda de tempo e dinheiro aos alunos e seus pais?

Talvez você esteja pensando que a educação é um direito do cidadão; não poderia, portanto, ser suprimido. Em tese, concordo. Mas veja os resultados da Prova ABC, aplicada no ano passado pelo Inep e por ONGs em alunos do 3º ano: ela mostrou que quase 60% dos estudantes não aprendem o mínimo esperado para essa série em matemática e quase 45% em leitura.

(...) A ideia de que é bom cortar vagas é uma mistura de preguiça intelectual com realismo mágico. Porque as pessoas ouvem falar que uma enfermeira matou um paciente ao colocar vaselina em vez de soro na injeção e então, indignadas e pensando com o fígado, bufam: “Precisamos proteger a sociedade de profissionais como esses! Vamos atacar o problema na fonte, fechando as más escolas formadoras!” (...) É fácil ficar indignado com vaselina na seringa, porque vira notícia. Mais difícil é lamentar os milhares de casos anônimos de gente que morre em casa por não ter atendimento médico ou por ser atendida por um ótimo médico estafado por ter de dar conta de uma demanda sobre-humana. Esses casos permanecem no limbo. Assim como o dos milhares de presos pobres e inocentes que não podem pagar um advogado e em locais onde não há defensores públicos que cheguem.

O realismo mágico a que me referia é o de pessoas que acreditam que o mundo é binário, em que há profissionais bons e ruins, instituições boas e ruins, e que, se cortarmos as instituições ruins, é claro que suas vagas serão ocupadas pelas instituições boas, que formarão bons profissionais. Mas a realidade é mais complexa.

O aluno que frequenta uma universidade mal avaliada não o faz porque é burro ou está sendo enganado, e sim porque aquela é a melhor instituição em que conseguiu entrar, ou a mais barata com que seu bolso pode arcar. Se essa vaga for cortada, portanto, ele não vai estudar na USP nem na FGV. Vai ficar sem estudar. A tônica de um país em desenvolvimento, como o nosso, é justamente a existência de desequilíbrios: há mais demanda do que oferta, e não há gente qualificada para atender a todos. Não só na medicina, mas em todas as áreas, do conserto do carro ao transplante de medula. Não há como gerar atendimento de Primeiro Mundo a todos porque simplesmente não há gente que chegue com qualificação de Primeiro Mundo. É demagogia querer oferecer uma sensação de proteção contra erros. Erros acontecerão. A questão não é o que fazer para acabar com eles,

porque isso é impossível, mas sim o que fazer para minorá-los. E a saída certamente passa por ter mais gente com alguma qualificação, não menos. É melhor ter gente com qualificação insuficiente do que com qualificação nenhuma. Às vezes digo isso e as pessoas me perguntam: “Mas você gostaria de fazer uma ponte de safena com um médico formado por uma dessas universidades caça-níqueis que ficam em cima de uma padaria?”. É claro que não. Nem eu nem ninguém. Num mundo ideal, só gostaria de ser operado pelo melhor médico do mundo naquela especialidade. Mas no mundo real a maioria das pessoas não terá dinheiro para se operar com o melhor do mundo, e, mesmo que tivesse, esse profissional não teria tempo para atender a todos. No mundo real, para grande parte das pessoas, ou elas vão ser operadas pelo médico ruim ou não vão ser operadas por ninguém. (...).

Gustavo Ioschpe é economista. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/por-que-cortar-vagas-em-instituicoes-de-ensino-e-crime-de-lesa-patria> - Acessado em 21/01/12. Adaptado.

01. De acordo com a opinião do autor do texto, é CORRETO afirmar:

- a) Mesmo que boas instituições de ensino abram vagas para suprir as que foram fechadas pelas más, não é possível ter profissionais plenamente competentes.
- b) O corte das vagas em instituições de ensino é um atentado contra a pátria porque leva as pessoas a acharem que o mundo funciona de modo binário.
- c) A instrução de muitos alunos ficará totalmente comprometida com a medida.
- d) As universidades que atingiram a nota mínima nas avaliações são a única opção para aqueles que já saíram de uma educação básica de qualidade questionável.
- e) Certas universidades terão de fechar vagas para que as melhores instituições de ensino do país possam dar oportunidade a alunos que jamais poderiam ter acesso a uma Educação Superior.

02. É CORRETO inferir a respeito do texto:

- a) Faz mais sentido cortar vagas na Educação Básica porque há uma maior quantidade de alunos compulsórios do que no Ensino Superior.
- b) A cognição dos alunos em início de carreira escolar não permite que eles consigam alcançar a instrução satisfatória para ser um bom profissional. A educação básica seria, portanto, um investimento infrutífero.
- c) A exposição nos meios de comunicação de casos específicos faz com que excelentes profissionais sejam esquecidos e, de uma certa forma, punidos pela sociedade.
- d) Numa situação de extrema necessidade, seria melhor ter um profissional mediano do que nenhum, pois apenas num mundo perfeito todos teriam acesso aos melhores especialistas.
- e) É inevitável que, em todas as áreas profissionais, erros aconteçam porque as vagas que forem abertas nas instituições renomadas de ensino em tempo algum serão preenchidas.

03. Com base no texto, analise as seguintes proposições:

I – A função referencial é a predominante pois há palavras empregadas em sentido figurado para influenciar a opinião crítica do leitor.

II – Como recurso estilístico, o autor utiliza o neologismo “minorá-los”(l. 68), que significa “minimizá-los”.

III – De acordo com o Novo Acordo Ortográfico, em “ O aluno que frequenta uma universidade mal avaliada...”(l. 59), na expressão sublinhada, emprega-se o hífen.

Está(ão) CORRETA(s) a(s) proposição(ões):

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

04. Em “...quase 60% dos estudantes não aprendem o mínimo esperado para essa série em matemática...” (l. 40), o verbo concorda, corretamente, com o número expresso na porcentagem. Assinale a alternativa em que a concordância NÃO está de acordo com as regras gramaticais nas frases adaptadas do texto:

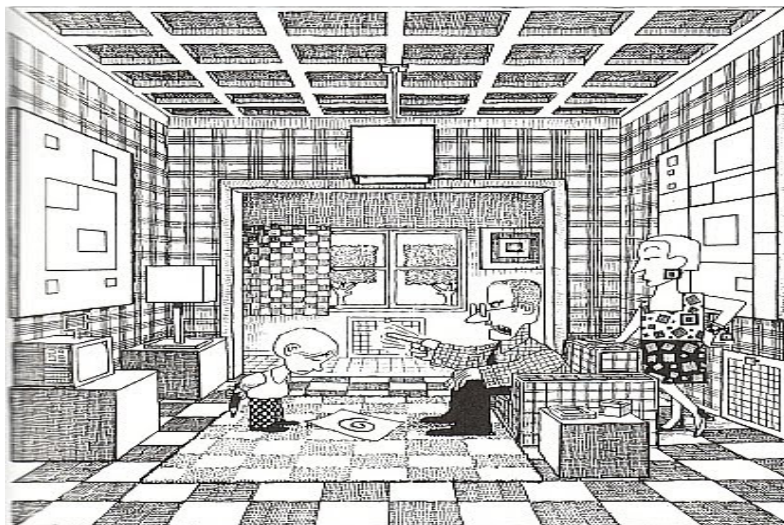
- a) Não haviam mais vagas no Ensino Superior.
- b) De todo o investimento, não sobraram senão prejuízos.
- c) Mais de um paciente já ficou sem atendimento neste hospital.
- d) Eram os jovens adultos que perderiam a oportunidade de estudar.
- e) A não ser num mundo ideal, ninguém será atendido sempre pelo melhor especialista.

05. Assinale a alternativa que contém a palavra formada por justaposição:

- a) Repatriar.
- b) Erva-doce.

- c) Pedreiro.
- d) Colonial.
- e) Embora.

Observe atentamente a gravura abaixo para responder às questões 06 e 07.



Quino. Disponível em http://1.bp.blogspot.com/_Y5WwUwRi3k8/TPMLZD1jJwI/AAAAAAAAAmA/7iiS5wfTemg/s1600/Quino.jpg, acessado em 02/02/2012.

06. Com base na figura do cartunista Quino, julgue os itens abaixo:

- I – Está explícito que a criança não seguirá a carreira artística por não ter aprovação de seus pais.
- II – Está subentendido que os pais, mais cedo ou mais tarde, terão de absorver novos padrões sociais.
- III – O pensamento inovador da personagem infantil não será facilmente aceito.

Está(ão) CORRETO(s) o(s) item(ns):

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) II, somente.
- d) II e III, somente.
- e) III, somente.

07. As formas geométricas predominantes na figura exprimem:

- a) Harmonia e elegância no estilo de vida da família.
- b) Que o menino está com problemas de aprendizagem.
- c) A necessidade urgente de reformas no ambiente familiar.
- d) Que toda a sociedade vive, em um mundo antiquado.
- e) A ideologia conservadora e rígida dos pais da criança.

Leia o trecho do poema de Mário Quintana para responder as questões 08 e 09.

Poema de circunstância

Onde estão os meus verdes?
 Os meus azuis?
 O arranha-céu comeu!
 (...)
 Sim, uma grande árvore...
 Enquanto há verde,
 Pastai, pastai, olhos meus...
 Uma grande árvore muito verde...Ah,
 Todos os meus olhares são de adeus
 Como um último olhar de um condenado!

Disponível em <http://quintanaeterno.blogspot.com/2009/05/poema-da-circunstancia.html>, acessado em 02/02/12

08. Assinale a alternativa que, respectivamente, expressa o significado dos verbos “comer” e “pastar” no poema:

- a) Dar fim; regalar-se.
- b) Pastar; comer.
- c) Demolir; despedir-se.
- d) Humilhar; louvar.
- e) Roubar; Cuidar.

09. “Enquanto há verde” é Oração Subordinada:

- a) Substantiva Subjetiva.
- b) Adverbial Condicional.
- c) Adverbial Temporal.
- d) Adjetiva Restritiva.
- e) Adverbial Conformativa.

10. Com base no Manual de Redação Oficial, sobre Aviso e Ofício, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si, e no caso do ofício, também com particulares.
- b) Quanto à forma, seguem o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário, seguido de vírgula.
- c) Enquanto o Aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, o Ofício é expedido para e pelas demais autoridades.
- d) Devem constar do cabeçalho ou do rodapé do Ofício, sobre o remetente: o nome do órgão ou setor, o endereço postal, telefone e endereço de correio eletrônico.
- e) Por ser expedido por Ministros de Estado, o Aviso deve conter informações sempre detalhadas e é obrigatório o uso das expressões “Tenho a imensa honra de” ou “Tenho o imensurável prazer de”.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

11. Nos termos o Artigo 1º da Lei Municipal nº 1.493/96, são consideradas graves, conforme o caso, quando contagiosas ou incuráveis, e se incapacitantes para a função pública, as seguintes moléstias, EXCETO:

- a) Hanseníase.
- b) Fibrose física.
- c) Síndrome de imunodeficiência adquirida.
- d) Anemia falciforme.
- e) Neoplasia maligna.

12. A respeito da estrutura administrativa do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os cargos criados pela Lei nº 1.444/99, bem como os cargos de Assessor Jurídico, Programador e motorista, criados, respectivamente, pelas Leis nº 2.178/04, nº 1.140/97 e nº 2.183/04, ficam extintos a partir da publicação de Lei nº 3.132/11, independentemente de nova disposição legal neste sentido.
- b) Fica estabelecido ao Cargo de Procurador Jurídico igual padrão de remuneração e carga horária estabelecida para o cargo de Procurador Jurídico da Administração Direta, mantendo-se as demais disposições e garantias da Lei 2.113/04, sendo-lhe extensíveis ainda todas as garantias que venham a ser instituídas para o cargo de Procurador Jurídico da Administração Direta.
- c) Os servidores designados para as funções gratificadas previstas na Lei nº 3.132/11 as desempenharão cumulativamente com as funções normais de seus cargos permanentes.
- d) Os servidores designados para as funções gratificadas de Conselheiro as desempenharão cumulativamente com as atribuições de seus cargos efetivos, sem prejuízo da percepção de outras gratificações inerentes a estes últimos, inclusive eventual gratificação de função.
- e) Todos os cargos em comissão elencados na Lei nº 3.132/11 serão providos a partir da indicação do Conselho Deliberativo do IPAG e da respectiva nomeação efetivada pelo Prefeito Municipal.

13. Nos termos da Lei Municipal nº 676/91, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Categoria é o grau de requisitos exigidos para acesso e provimento do cargo, consoante sua complexidade, responsabilidades, atribuições, e habilitações ou qualificações, desdobrados em classes e padrões de desenvolvimento funcional.
- b) Ascensão é o desenvolvimento do servidor efetivo mediante passagem de uma determinada categoria profissional para outra distinta, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.
- c) Transposição é o desenvolvimento vertical do servidor efetivo, dentro de uma mesma categoria profissional, mediante passagem de um nível para nível superior, pelo critério de habilitação ou qualificação profissional exigidos para o acesso correspondente.
- d) Progressão é o desenvolvimento horizontal do servidor efetivo dentro de um mesmo nível, mediante avanço de um padrão para o padrão imediatamente seguinte, pelo critério de tempo de serviço.

e) Promoção é o desenvolvimento vertical do servidor efetivo dentro de um mesmo nível, mediante passagem de uma classe para a classe imediatamente superior, pelo critério de merecimento.

14. A respeito da Lei Municipal nº 715/92, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Os direitos e vantagens da presente Lei e demais disposições pertinentes que não tenham sido expressamente excepcionais, somente são aplicáveis e se estendem àqueles servidores municipais regularmente submetidos aos preceitos e demais normas emergentes do Estatuto do Servidor Público do Município de Gravataí, sujeitos ao regime jurídico único, estatutário, de conformidade com os preceitos constitucionais.

b) Os valores pecuniários correspondentes aos vencimentos básicos para os cargos de provimento efetivo, cargos em comissão, funções de confiança, funções gratificadas e gratificações de cargos e funções, serão obtidos através da multiplicação dos coeficientes, respectivamente, fixados para cada qual, pelo Valor Referencial de Vencimento vigente, o qual representa o menor vencimento básico de cargo público municipal, na forma da Lei.

c) As funções gratificadas existentes antes da promulgação da Lei nº 715, de 30 de abril de 1992, serão mantidas, com seus respectivos valores, sendo extintas quando vagarem.

d) Além dos respectivos vencimentos ou gratificações, os Secretários e o Procurador-Geral, do Município, perceberão verbas de representação equivalentes a 50% (cinquenta por cento) do correspondente padrão de vencimento básico.

e) As atribuições cometidas aos detentores de funções gratificadas ou gratificados pelo exercício de funções específicas correspondem à condução de serviços e atividades nas respectivas unidades administrativas, de maior grau de responsabilidades, ou em razão de dificuldades inerentes às atribuições desempenhadas, ou, ainda, em razão de formação profissional ou técnicas específicas exigidas em razão do serviço, sendo concedidas, facultativamente, ao exclusivo critério da Administração.

15. Com base na Lei Municipal nº 681/91, a respeito da concessão de licença ao servidor, assinale a alternativa CORRETA:

a) Ao servidor que se tornar pai, será concedida licença de 5 (cinco) dias consecutivos, sem prejuízo de sua remuneração, mediante prévia ou subsequente apresentação de certidão de nascimento do filho.

b) Ao servidor que se tornar pai, será concedida licença de 5 (cinco) dias consecutivos, sem prejuízo de sua remuneração, nos casos de adoção ou guarda judicial de menor de 8 (oito) anos, mediante apresentação de documento hábil.

c) À servidora que adotar, ou judicialmente receber a guarda de criança menor de dois anos, será concedida licença de 120 (cento e vinte dias) dias consecutivos, sem prejuízo de sua remuneração, mediante apresentação de documento hábil.

d) À servidora que adotar, ou judicialmente receber a guarda de criança maior de 2 (dois) anos e menor de 8 (oito) anos, ensejará uma licença de sessenta dias consecutivos.

e) Nenhum servidor terá direito à licença em caso de adoção ou guarda judicial de menor.

16. Segundo a Lei nº 681, de 26 de dezembro de 1991, que institui o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Gravataí - RS e dá outras providências, o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquire estabilidade no serviço público ao completar um certo tempo de efetivo e ininterrupto exercício do cargo, desde que aprovado em estágio probatório. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa. De quanto é o tempo de efetivo e ininterrupto exercício no cargo para que o servidor adquira a estabilidade?

a) 1 (um) ano.

b) 2 (dois) anos.

c) 3 (três) anos.

d) 5 (cinco) anos.

e) 10 (dez) anos.

17. Segundo a Lei nº 681, de 26 de dezembro de 1991, que institui o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Gravataí - RS e dá outras providências, a "Transferência" é:

a) A passagem do servidor estável de cargo efetivo de carreira, para outro de igual denominação, categoria e vencimento básico, pertencente a quadro funcional diverso.

b) A investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial credenciada.

c) O retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por decisão administrativo ou judicial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

d) A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

e) O retorno do servidor efetivo estável ao cargo anteriormente ocupado.

18. Com base na Lei nº 1.053, de 14 de agosto de 1996, que dispõe sobre o sistema de seguridade social aos servidores públicos do Município de Gravataí - RS, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para a sua atividade funcional, qualquer que seja a causa, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do 16º (décimo sexto) dia, inclusive, da incapacidade e enquanto permanecer nessa condição.
- b) Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar à entidade já portador de doença ou lesão invocada como causa para a percepção do benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento desta doença ou lesão.
- c) Será devido auxílio-doença à segurada que se encontrar em Licença Gestante.
- d) A concessão do auxílio-doença depende da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial a cargo da entidade, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.
- e) O segurado em gozo de auxílio-doença, insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para readaptação e exercício de uma atividade funcional compatível, na forma da lei, não cessando o benefício até que haja dado como habilitado para o desempenho de uma nova atividade, ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por invalidez.

19. Segundo a Lei nº 1.053, de 14 de agosto de 1996, que dispõe sobre o sistema de seguridade social aos servidores públicos do Município de Gravataí - RS, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí - IPAG, constitui-se em:

- a) Órgão de administração direta do Município, com personalidade jurídica de natureza autárquica, dotado de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede e foro na cidade de Gravataí - RS.
- b) Órgão de administração direta do Município, com personalidade jurídica de natureza fundacional, dotado de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede e foro na cidade de Gravataí - RS.
- c) Órgão de administração direta do Município, com personalidade jurídica de natureza fundacional, dotado de dependência administrativa e autonomia patrimonial e financeira, com sede e foro na cidade de Gravataí - RS.
- d) Órgão de administração indireta do Município, com personalidade jurídica de natureza autárquica, dotado de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede e foro na cidade de Gravataí - RS.
- e) Órgão de administração indireta do Município, com personalidade jurídica de natureza autárquica, dotado de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede e foro na cidade de Porto Alegre - RS.

20. Segundo o Regulamento do Sistema de Assistência à Saúde do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí – IPAG, a Assistência Odontológica abrangerá alguns segmentos assistenciais, dentre eles a “Clínica Geral”, que entende-se como:

- a) A área da Odontologia que se dedica à prevenção de doenças bucais por meio de orientação de higiene e da dieta e uso racional do flúor.
- b) A especialidade que trata da saúde bucal de pacientes de 0 (zero) a 14 (quatorze) anos.
- c) O segmento dedicado às restaurações, temporárias ou definitivas, funcionais dos elementos dentários.
- d) A área da Odontologia que se dedica à prevenção de doenças bucais por meio de orientação de higiene e da dieta e uso racional do flúor.
- e) Todos os procedimentos odontológicos possíveis de serem realizados por cirurgião-dentista e clínico geral não especialista (Prevenção e Promoção de Saúde Oral, Dentisteria, Cirurgias orais menores, Periodontia e Endodontias de menor complexidade e Urgências Odontológicas).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com a LDO (A lei de diretrizes orçamentárias) Art. 6º,§1º, NÃO integram os orçamentos fiscais:

- a) O Plano Plurianual.
- b) As diretrizes orçamentárias.
- c) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.
- d) Os fundos de incentivos fiscais (que figuram exclusivamente como informações complementares ao projeto de lei orçamentária).
- e) O produto de operações de crédito autorizadas.

22. O Art. 139 do Regulamento de Contabilidade Pública (Decreto Federal nº 15.783, de 8-11-22, que regulamentou o Código de Contabilidade Pública baixado pelo Decreto Legislativo nº 4.536 de 28-1-22) dispõe que a receita percorre três estágios. São eles:

- a) Fixação, Arrecadação e recolhimento.
- b) Tributário, contribuição e outras receitas.
- c) Arrecadação, contribuição e receita corrente.
- d) Recolhimento, tributária e receita de capital.
- e) Receita corrente, Receita de capital e recolhimento.

23. Como devem ser considerados os precatórios que não tenham sido pagos durante a execução orçamentária do exercício em que foram incluídos?

- a) Os precatórios não pagos durante a execução dos orçamentos em que foram incluídos passam a integrar a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites da dívida pública. Essa é a norma do Art. 30, § 7o, da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) Os precatórios não pagos durante a execução dos orçamentos em que foram incluídos passam a integrar a receita consolidada para fins de aplicação dos limites da dívida pública. Essa é a norma do Art. 31, § 7o, da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) Os precatórios não pagos durante a execução dos orçamentos em que foram incluídos passam a integrar a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites da dívida pública. Essa é a norma do Art. 31, § 7o, da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- d) Os precatórios não pagos durante a execução dos orçamentos em que foram incluídos passam a integrar a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites da dívida pública. Essa é a norma do Art. 30, § 8o, da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- e) Os precatórios não pagos durante a execução dos orçamentos em que foram incluídos passam a integrar a dívida consolidada para fins de negociação dos limites da dívida pública. Essa é a norma do Art. 30, § 7o, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

24. Depósitos judiciais, quando parcela do recurso do depósito, é repassada ao Tesouro Nacional/Estadual/Municipal e deve ser registrada como receita orçamentária em observância ao conceito orçamentário de receita. Complementarmente, e motivado pelo princípio da oportunidade e conservadorismo, deve ser efetuado lançamento no passivo do valor da obrigação potencial, que fica no aguardando de decisão final da ação. Caso o tributo a ser restituído corresponda à renda extinta, os registros devem obedecer à seguinte ordem:

- a) D – Despesa Orçamentária
C – Disponibilidades (Ativo Financeiro)
D – Depósitos de Terceiros (passivo)
C – Variação Ativa (resultante da execução orçamentária)
- b) D – Variação Ativa (resultante da execução orçamentária)
C – Disponibilidades (Ativo Financeiro)
D – Depósitos de Terceiros (passivo)
C – Despesa Orçamentária
- c) D – Disponibilidade (ativo financeiro)
C – Receita Orçamentária
D – Depósitos de Terceiros (passivo)
C – Variação Ativa (resultante da execução orçamentária)
- d) D – Receita Orçamentária
C – Disponibilidade (ativo financeiro)
D – Depósitos de Terceiros (passivo)
C – Variação Ativa (resultante da execução orçamentária)
- e) D – Variação Ativa (resultante da execução orçamentária)
C – Disponibilidades (Ativo Financeiro)
D – Despesa Orçamentária
C – Depósitos de Terceiros (passivo)

25. A lei da responsabilidade Fiscal traz algumas disposições que devem ser observadas na elaboração do projeto de lei orçamentária anual, como os seguintes (artigo 5º, da lei complementar nº 101/2000), EXCETO:

- a) Deve estar compatível com plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- b) Conter demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do anexo de Metas da LDO.
- c) Será acompanhado de demonstrativo do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícias, bem como das medidas de compensação à renúncia de receitas e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- d) Deve conter reserva de contingência, que pode ser calculada utilizando-se percentual sobre receita corrente bruta, definida ao atendimento de passivos contingentes e aos outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- e) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

26. Uma dotação orçamentária da Secretaria de Saúde contém a especificação da fonte de código 02 (saúde). É possível a realização de empenho, em ações de Saúde dessa Secretaria, com a fonte 00 (recursos ordinários)?

- a) Sim. As despesas de áreas governamentais específicas, atendidas por recursos vinculados, como educação e saúde, podem ser custeadas com tais recursos vinculados ou, ainda, com recursos ordinários.
- b) Não. As despesas de áreas governamentais específicas, atendidas por recursos vinculados, como educação e saúde, podem ser custeadas com tais recursos vinculados ou, ainda, com recursos ordinários.
- c) Sim. As Receitas de áreas governamentais específicas, atendidas por recursos vinculados, como educação e saúde, podem ser custeadas com tais recursos vinculados ou, ainda, com recursos ordinários.
- d) Não. As Receitas de áreas governamentais específicas, atendidas por recursos vinculados, como educação e saúde, podem ser custeadas com tais recursos vinculados ou, ainda, com recursos ordinários.
- e) Nenhuma das alternativas estão corretas.

27. Conforme o Artigo 58, da Lei nº 4.320/64 - Empenho, como o segundo estágio da despesa orçamentária, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. É utilizado para as despesas normais que não tenham nenhuma característica especial. Nesta modalidade de empenho, é efetuada a quase totalidade dos gastos que os órgãos e as repartições são obrigados a realizar, exatamente pela sua característica básica e de despesa normal. Qual é essa modalidade?

- a) Empenho Global.
- b) Empenho Ordinário ou Normal.
- c) Empenho Normal.
- d) Empenho Ordinário.
- e) Empenho por Estimativa.

28. Conforme os aspectos legais de classificação das Receitas Públicas vigentes, uma Receita Patrimonial é uma:

- a) Alienação de Bens Móveis ou Imóveis.
- b) Receita Extraorçamentária.
- c) Receita de Capital.
- d) Receita Corrente.
- e) Transferência Intragovernamental.

29. Conforme Artigo 100 da Lei nº 4.320/64, pode-se verificar as mudanças dos resultados, positivos ou negativos, da execução orçamentária, somadas às alterações patrimoniais independentes da execução orçamentária. E as superveniências e insubsistências ativas ou passivas, compõem:

- a) O aumento do patrimônio governamental.
- b) O excesso de arrecadação ou déficit de previsão.
- c) As transferências correntes.
- d) As alterações da situação líquida patrimonial.
- e) O superávit ou déficit primário.

30. Um ônibus foi adquirido pela prefeitura do Rio Grande do Sul por R\$ 85.000,00 em maio de 2011. Em seguida, foi submetido a um processo de customização que custou R\$ 15.000,00 (para ter estampado em sua lataria o símbolo estilizado da Copa do Mundo de Futebol). Somente a partir de Julho de 2011, passou a ser utilizado pela prefeitura e assim permanecerá até junho de 2014. Antes do jogo do Brasil que ocorrerá naquela cidade em julho de 2014 será leiloado pela prefeitura. Estima-se que naquela data o veículo valerá em torno de R\$ 74.800,00. Considerando que a prefeitura adota o método linear de depreciação e que seus procedimentos contábeis são realizados de acordo com as melhores práticas contábeis previstas nas normas emitidas pelo CFC, o montante registrado referente ao veículo em dezembro de 2011, deduzida de sua respectiva depreciação acumulada, foi de:

- a) R\$ 100.000,00.
- b) R\$ 74.800,00.
- c) R\$ 85.000,00.
- d) R\$ 81.600,00.
- e) R\$ 96.000,00.

31. Principais consultas contábeis no SIAFI: as consultas operacionais apresentam valores do dia, as consolidadas (balancete e balanço) apresentam a posição do dia anterior, pois são consolidadas à noite, depois que o SIAFI operacional sai do ar para o gestor. A transação que permite saber todos os documentos feitos no dia e que ao posicionar o cursor em determinado documento, pela tecla F2 você consegue vê-lo”, visa atender qual consulta?

- a) Consultar o diário.> DIARIO.
- b) Consultar o balancete.> BALANCETE.
- c) Consultar o RAZÃO:> CONRAZÃO.
- d) Consultar um evento.> CONEVENTO.
- e) Consultar um Credor.> CONCREDEDOR.

32. Conforme o Plano de Contas Único da União, o saldo da conta “3.5.2.0.3.00.00 Transferências Inter governamentais - Ofss” compreende as seguintes variações patrimoniais:

- a) Diminutivas decorrentes de transferência a União, Estados, Distrito Federal, Municípios, inclusive as entidades vinculadas, de bens e /ou valores. Compreende os valores de operações efetuadas entre duas unidades pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de Entes Públicos Distintos.
- b) Aumentativas decorrentes de transferência a União, Estados, Distrito Federal, Municípios, inclusive as entidades vinculadas, de bens e /ou valores. Compreende os valores de operações efetuadas entre duas unidades pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de Entes Públicos Distintos.
- c) Diminutivas decorrentes de transferência a União, Estados, Distrito Federal, Municípios, exceto para as entidades vinculadas, de bens e /ou valores. Compreende os valores de operações efetuadas entre duas unidades pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de Entes Públicos Distintos.
- d) Aumentativas decorrentes de transferência a União, Estados, Distrito Federal, Municípios, exceto para as entidades vinculadas, de bens e /ou valores. Compreende os valores de operações efetuadas entre duas unidades pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de Entes Públicos Distintos.
- e) Diminutivas decorrentes de transferência a União, Estados, Distrito Federal, Municípios, exceto para as entidades vinculadas, de bens e /ou valores. Compreende os valores de operações efetuadas entre uma unidades pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de Entes Públicos Distintos.

33. Sobre a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), verifique as informações abaixo, assinalando (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas e assinale a alternativa que apresenta a ordem CORRETA de cima para baixo:

() Entende-se como Receita corrente líquida o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços e outras receitas, deduzidas, no caso dos estados, as parcelas entregues aos municípios, por determinação constitucional e, também, os investimentos do Governo Estadual.

() O aumento da despesa pública deverá vir acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como a declaração do ordenador de despesa de que aumento tem adequação orçamentária financeira com a LOA (Lei Orçamentária Anual) e compatibilidade com o PPA (Plano Plurianual) e com LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

() Os Estados têm como limite de despesa total com pessoal 60% da receita corrente líquida. Para efeito das apurações das despesas de pessoal não devem ser consideradas, dentre outras, as despesas decorrentes dos pagamentos de hora extra, subsídios, proventos de aposentadoria e indenização por demissão de servidores ou empregados.

() A Concessão de renúncia de receita deve ser acompanhada da estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), bem como a demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada estimativa de receita da Lei Orçamentária, e de que não afetará as metas e resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

() O Art. 48 da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), decreta que os planos, orçamentos lei de diretrizes orçamentárias, nas prestações de contas e nos respectivos pareceres prévios, no relatório resumido da execução orçamentária e no relatório de gestão fiscal e nas versões simplificadas desses documentos, devem ser dadas nas transferências da gestão fiscal, com ampla divulgação, devendo ser asseguradas e incentivadas a participação popular e a realização de audiência pública.

- a) V – F – F – V – F.
- b) V – V – F – V – V.
- c) F – V – F – V – F.
- d) F – V – F – F – V.
- e) F – V – F – V – V.

34. Empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado uma obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição que será cumprido com a entrega do material, a mediação da obra ou prestação dos serviços. Quais são as Modalidades de Empenho existentes?

- a) Licitação, estimativo e formalização
- b) Ordinário, estimativo e Global.
- c) Formalização, estimativo e Global.
- d) Ordinário, licitação e formalização.

e) Licitação, autorização e a formalização

35. De acordo com o Balanço a análise do comportamento da execução orçamentária poderá revelar:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	6.637,00	11.889,00	(5.252,00)
Tributária	1.300,00	6.097,00	(4.797,00)
Patrimonial	972,00	857,00	115,00
Industrial	383,00	953,00	(570,00)
Transferências Correntes	3.982,00	3.982,00	-
RECEITAS DE CAPITAL	7.677,00	3.468,00	4.209,00
Alienação de bens	1.100,00	958,00	142,00
Operação de Crédito	3.835,00	-	3.835,00
Transferência de Capital	2.742,00	2.510,00	232,00
SOMA	14.314,00	15.357,00	(1.043,00)
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Créditos iniciais	12.835,00	11.496,00	1.339,00
Créditos Adicionais	1.479,00	579,00	900,00
SOMA	14.314,00	12.075,00	2.239,00

- a) Insuficiência na alocação dos custos correspondente às receitas industriais de R\$ 570,00.
- b) Obtenção de Empréstimo de R\$ 3.835,00.
- c) Excesso na arrecadação de impostos e demais tributos de R\$ 4.797,00.
- d) Equilíbrio nas transferências.
- e) Insuficiência na alocação dos custos correspondentes às receitas industriais de R\$ 383,00.

36. Os Princípios fundamentais de Contabilidade, de acordo com a Resolução CFC nº 750, de 29-12-1993. “Simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que originaram. Desde que devidamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência” (Fonte: Domingos Poubel de Castro e Leice Maria Garcia, Contabilidade Pública no Governo Federal 2ª edição São Paulo: Atlas, 2008 – pag 169). Essa citação refere-se qual princípio?

- a) Princípio da Oportunidade.
- b) Princípio da Continuidade.
- c) Princípio do registro pelo valor original.
- d) Princípio da atualização monetária.
- e) Princípio da Continuidade.

37. Como devem ser considerados os precatórios que não tenham sido pagos durante a execução orçamentária do exercício em que foram incluídos?

- a) Os precatórios não pagos durante a execução dos orçamentos em que foram excluídos passam a integrar a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites da dívida pública. Esta é a norma do Art. 31 § 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) Os precatórios não pagos durante a execução dos orçamentos em que foram incluídos passam a gerar a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites da dívida pública. Esta é a norma do Art. 31 § 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) Os precatórios não pagos durante a execução dos orçamentos em que foram incluídos passam a integrar a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites da dívida pública. Esta é a norma do Art. 30 § 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- d) Os precatórios não pagos durante a execução dos orçamentos em que foram incluídos passam a gerar a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites da dívida ativa. Esta é a norma do Art. 31 § 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- e) Os precatórios pagos durante a execução dos orçamentos em que foram incluídos passam a integrar a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites da dívida pública. Esta é a norma do Art. 31 § 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

38. Crédito Público é a forma pela qual o Estado financia o déficit público, ou seja, quando as despesas são maiores do que as receitas, é preciso obter ingresso que cubra a diferença. A Gestão do crédito público deve, portanto, perseguir os seguintes objetivos, EXCETO:

- a) Otimizar o aproveitamento dos recursos disponíveis.
- b) Melhorar a capacidade de negociação do setor público.
- c) Gerir de forma eficiente e sistemática os do Estado.
- d) Estar sempre integrado aos demais instrumentos de gestão financeira.
- e) Controlar os compromissos com o serviço prestado.

39. O Princípio do Inventário na Administração Pública é que os inventários devem ser observados durante a sua execução. Essa execução compõe-se dos seguintes passos:

- a) Levantamento, oportunidade, integridade, especificação, uniformidade.
- b) Grupamento, oportunidade, integridade, especificação, uniformidade.
- c) Mensuração, oportunidade, integridade, especificação, uniformidade.
- d) Instantaneidade, oportunidade, integridade, especificação, uniformidade.
- e) Avaliação, oportunidade, integridade, especificação, uniformidade.

40. Nos termos do Art.142 do Código Tributário Nacional, lançamento é o procedimento administrativo que verifica o fato gerador da obrigação correspondente. Sob a ótica do código do Tribunal Nacional, o lançamento é identificado em três modalidades. “Lançamento direto ou de ofício uma das modalidades é o lançamento feito unilateralmente pela autoridade administrativa, sem participação do contribuinte ou quando a autoridade administrativa tiver condições de observar as falhas, inexatidões ou omissões na declaração do sujeito passivo (contribuinte ou devedor)”. Qual imposto refere-se a esta modalidade de lançamento?

- a) Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU).
- b) Imposto de Importação cobrado com base em declaração de passageiro que chegou do exterior.
- c) Imposto sobre a Renda Provento de qualquer natureza.
- d) Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICMS).
- e) Imposto sobre produto industrializado (IPI).

RASCUNHO

